

CABO VERDE

2015

Adalbert NSHIMYUMUREMYI / a.nshimyumuremyi@afdb.org
Economista-país Chefe, Escritório Regional do Senegal (SNFO), AfDB

Anthony SIMPASA / a.simpasa@afdb.org
Economista de Investigação Principal, AfDB





CABO VERDE

- Com uma taxa de crescimento real do PIB de 2% registada em 2014, a recuperação económica continua a ser moderada devido ao fraco crescimento da economia, nacional e internacional, mantendo-se o turismo, o investimento estrangeiro no âmbito do turismo e a construção como os motores do crescimento da economia cabo-verdiana.
- A situação orçamental de Cabo Verde melhorou ligeiramente num contexto de redução gradual do programa de investimento público em ano pré-eleitoral, mas continua vulnerável.
- Embora Cabo Verde tenha registado progressos económicos nos últimos anos, existem bolsas de exclusão espacial, evidenciadas por uma forte emigração proveniente das ilhas menos desenvolvidas.

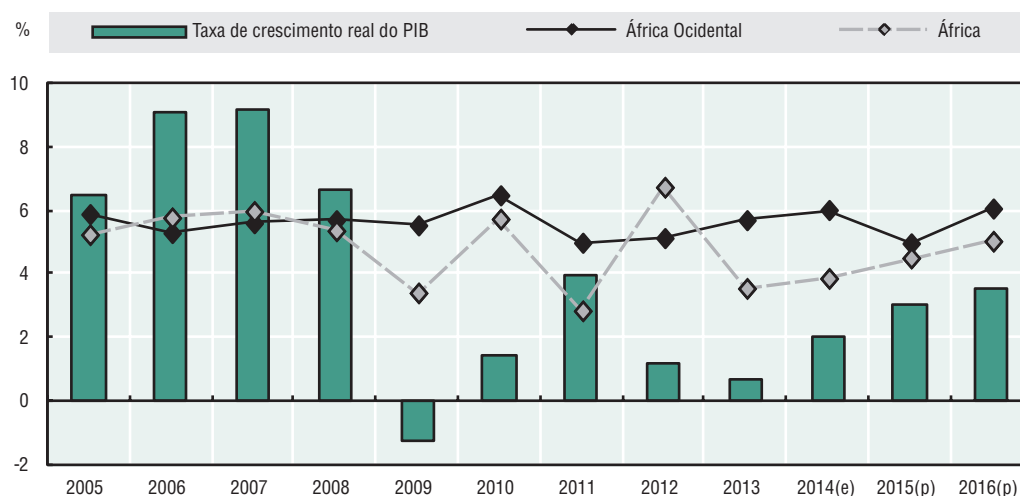
Visão Global

Exposto a um difícil ambiente externo, o crescimento económico de Cabo Verde desacelerou de 4.0% em 2011 para 0.7% em 2013. No último ano, o país foi particularmente afetado por um declínio das remessas dos emigrantes e do investimento direto estrangeiro (IDE) da Europa, bem como da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Em 2014, a taxa de crescimento do PIB subiu para uns modestos 2.0%, liderada pelo setor da construção, considerando que o turismo teve uma contribuição negativa. Espera-se que o crescimento económico melhore em 2015/16 para uma taxa acima dos 3%. Este crescimento resultará de um bom desempenho do setor turístico, do restabelecimento do crescimento do crédito privado, da diversificação da produção em áreas como a agricultura e as pescas, do aumento na produtividade e de uma modesta recuperação da economia na zona do euro.

O governo tem vindo a desacelerar o seu ambicioso programa de investimentos públicos (PIP) devido à necessidade de garantir a sustentabilidade da dívida. Ao longo dos últimos anos, a combinação decorrente de um fraco desempenho das receitas, associado a despesas de capital mais elevadas, conduziu a uma dívida pública de 107% do PIB, registada no final de 2014, o que significa um aumento de 50 pontos percentuais desde 2008. Embora o financiamento da dívida tenha sido altamente concessional, existem riscos para a sustentabilidade da mesma se o progresso na consolidação orçamental falhar. Perante a menor capacidade do país em contrair empréstimos, tornou-se fundamental uma maior mobilização para reforçar as receitas internas, no sentido de assegurar a estabilidade macroeconómica. Um amplo conjunto de reformas foi já implementado para reestruturar e racionalizar as políticas fiscais de acordo com melhores práticas internacionais, e estão em curso esforços para aumentar a eficiência da administração fiscal. Como as condições monetárias melhoraram e os empréstimos malparados estão a ser gradualmente resolvidos, os bancos estão numa melhor posição para aumentar o crédito ao setor privado.

Em Cabo Verde, quase meio milhão de pessoas estão concentradas nas duas ilhas de São Vicente e do Sal, e na Praia, a capital do país, onde as oportunidades económicas são mais favoráveis. As pessoas emigraram das ilhas menos desenvolvidas, especialmente Brava e São Nicolau, onde as bolsas de exclusão espacial persistem. A crescente pressão demográfica resultante da migração, provocou uma forte pressão nas infraestruturas e nas condições ambientais, associada a problemas sociais e económicos, incluindo o crime. Lidar com esses desafios exige esforços concertados em todos os níveis de governo. A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde representa, portanto, uma visão nacional que tem por objetivo promover um desenvolvimento mais equitativo nas diferentes ilhas, especialmente naquelas com maiores níveis de pobreza e de exclusão espacial. Neste contexto, as autoridades desenvolveram políticas e estratégias e implementaram programas de investimentos no sentido de mitigar aqueles problemas. As medidas implementadas estão a produzir resultados, como é demonstrado pelo aumento da participação da população no acesso à água e ao saneamento básico e pela redução das taxas de incidência da pobreza.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fontes: BAD, dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	0.7	2.0	3.1	3.6
Crescimento real do PIB per capita	-0.2	1.1	2.1	2.7
Inflação, medida pelo IPC	1.5	-0.4	2.2	2.4
Saldo orçamental, em % do PIB	-9.0	-8.0	-7.1	-6.2
Saldo contas correntes, em % do PIB	-3.5	-9.0	-8.6	-7.9

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

As fontes de crescimento económico de Cabo Verde continuam centradas no turismo, no investimento estrangeiro no setor do turismo e na construção, todos muito dependentes da economia global, designadamente da zona do euro. Exposta a um difícil ambiente externo, a economia cabo-verdiana desacelerou nos dois últimos anos. O ritmo de crescimento da produção baixou de 4.0% em 2011, para 1.2% in 2012. Adicionalmente abrandou ainda mais para 0.7% em 2013 devido ao fraco crescimento das exportações, à queda do IDE, da APD e das remessas, bem como ao fraco crescimento do crédito. Em 2014, o crescimento acelerou modestamente para 2.0 %, liderado pelo setor da construção, considerando a contribuição negativa do turismo devido à queda dos preços. A taxa de desemprego manteve-se elevada nos 16.4 %, que compara com 16.8% em 2013.

Em 2013, os investimentos em infraestruturas e as políticas consistentes para o turismo contribuíram para a expansão do setor, embora a um ritmo mais lento. O contributo do turismo cabo-verdiano tem sido positivo, com as reservas de hotéis próximas da sua capacidade instalada, com novos investimentos no setor e com um considerável aumento do tráfego de cruzeiros. No entanto, nos últimos tempos, os progressos nas iniciativas para reforçar ainda mais o setor têm sido relativamente modestos. O governo tem estado a trabalhar num conjunto de iniciativas, incluindo a realização de um estudo sobre o impacto do turismo sobre o meio ambiente, um inventário do turismo, um conselho nacional de turismo e um plano estratégico para o setor, mas poucas medidas têm sido concluídas (o plano estratégico expirou em 2013). O governo precisa urgentemente de estabelecer o modelo de turismo que quer para o futuro, designadamente como é que o setor pode ser diversificado e como é que as iniciativas ambientais e o turismo podem ser articuladas de forma eficiente e sustentável.



Em 2014, o investimento privado manteve-se em baixa como reflexo do baixo nível de confiança dos empresários. O crédito ao setor privado diminuiu 0.4%, em resultado de um setor bancário anémico e da manutenção de um elevado custo de capital para as empresas. Depois de um breve aumento entre finais de 2013 e início de 2014, o IDE continuou o seu declínio de seis anos, embora se tenha registado um aumento de bens de capital e um investimento estrangeiro num gasoduto no valor de 600 milhões de euros, o que sugere que essa tendência pode mesmo vir a inverter-se no início de 2015. O programa de investimento público realizado pelo governo e pelas empresas do setor empresarial do Estado (SEE) diminuiu em linha com o programa de consolidação orçamental do governo. No entanto, dadas as elevadas importações na ordem dos 90.0% para o investimento público e um pequeno efeito multiplicador, espera-se um impacto sobre o crescimento relativamente pequeno.

Os indicadores de confiança do consumidor sugerem que o consumo privado foi relativamente forte em 2014, sustentado por fortes transferências e um aumento salarial na função pública. Os salários da função pública constituem a principal causa do forte aumento do consumo público registado em 2014. Esta situação fica a dever-se mais às novas contratações de professores e de trabalhadores do fisco, do que propriamente a aumentos salariais. Contudo, uma má época de chuvas resultou numa má colheita o que poderá diminuir o consumo nas zonas rurais e aumentar a pobreza.

Em 2014, as exportações de bens aumentaram cerca de 26%, devido principalmente às exportações de peixe. As receitas provenientes da exportação de serviços caíram devido à diminuição das receitas do turismo. Apesar de Cabo Verde registar um maior número de turistas, regista-se uma queda nos preços do setor, devido, em parte, à deflação verificada em alguns países concorrentes, colocando, assim, pressão para a descida dos preços no setor turístico cabo-verdiano. Com a abertura, em Outubro, de um novo *resort* com mais de 1 000 quartos, previa-se um aumento do turismo, no último trimestre de 2014. Com uma absorção a crescer modestamente, esperava-se um aumento ligeiro das importações.

Em 2014, o setor agrícola foi afetado pela falta de chuva e por uma muito má distribuição da queda de chuva durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro. Além disso, a insuficiente recarga de águas subterrâneas implicou um esgotamento das barragens e de outras fontes de água, comprometendo, assim, a produção da agricultura irrigada. O governo prevê um défice na produção agrícola quando comparada com o nível médio de produção nos últimos cinco anos. Em particular, a produção de milho e feijão diminuíram 80% e 88%, respetivamente, em relação a 2013. A insegurança alimentar mantém-se como uma preocupação atendendo aos resultados preliminares da campanha agrícola 2014/15.

A 23 novembro de 2014, o vulcão Pico de Fogo, localizado na ilha do Fogo, reativou-se de forma explosiva. O derramamento da lava atingiu cerca de 450 hectares, incluindo cerca de 120 hectares de terras agrícolas (incluindo culturas e 1 000 cabeças de gado). O vulcão destruiu casas, estradas, escolas, hotéis, um centro de saúde e a sede do parque nacional. Esta situação terá um grande impacto sobre os meios de subsistência das famílias atingidas no curto, médio e longo prazo. Existem cerca de 1 076 pessoas deslocadas, incluindo 544 mulheres e crianças. Estima-se que os danos causados pelo vulcão do Fogo ultrapassem os 50 milhões de euros. O governo lançou um apelo de emergência para ajudar as populações atingidas e apoiar a reconstrução da ilha na sequência deste desastre natural.

Em 2015, espera-se uma melhoria no crescimento económico para 3.1% e, no longo prazo, um crescimento de 4.0% ao ano. No entanto, este crescimento dependerá de um setor turístico forte, de melhores condições na zona euro, do restabelecimento do crescimento do crédito privado, da diversificação produtiva em áreas como a agricultura e as pescas e do aumento da produtividade.



Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB, a preços correntes)

	2009	2014
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9.5	9.4
dos quais pesca	1.1	0.8
Indústria extrativa	0.6	0.4
dos quais petróleo	...	0.0
Indústria transformadora	5.6	6.5
Eletricidade, gás e água	1.8	2.3
Construção	13.9	10.4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos e bens de consumo; restauração e hotelaria	18.0	20.8
dos quais hotelaria e restauração	3.9	6.5
Transportes, armazenamento e comunicações	17.5	15.5
Finanças, serviços imobiliários e empresariais	17.5	17.9
Administração e Defesa	15.5	16.8
Outros serviços	0.0	0.0
Produto interno bruto a preços básicos/ custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A situação orçamental cabo-verdiana melhorou ligeiramente, mas continua vulnerável. Para compensar a deterioração do défice orçamental, o governo tomou medidas para melhorar as receitas fiscais e reduzir o volume do investimento público e dos subsídios concedidos a empresas públicas deficitárias. Dadas as regras orçamentais, o desempenho orçamental cabo-verdiano dos últimos anos tem sido menos expansionista do que o inicialmente previsto. O orçamento aprovado inclui uma cláusula que estipula que cerca de 30% das diversas categorias da despesa pública só podem ser executadas se forem asseguradas as receitas esperadas.

No seguimento da reprogramação do orçamento, o desempenho orçamental em 2013 foi menos expansionista do que inicialmente previsto. O défice público global caiu dos 9.9% do PIB estimados para 9.0%. Espera-se uma queda em 2014 para 8.0%, estando prevista uma diminuição gradual até aos 5% em 2017. Espera-se também que o ritmo de consolidação orçamental venha a ser mais acentuado nos próximos anos. As autoridades excluíram os gastos sociais das medidas de contenção. O governo parece empenhado em desacelerar o seu PIP. O orçamento de 2015 e o último Quadro Orçamental de Médio Prazo (QOMP) mostram claramente que o investimento público está em declínio.

Durante 2013 a consolidação orçamental registou importantes progressos, incluindo: a harmonização e simplificação das taxas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a aprovação de três novos códigos de imposto e o lançamento da unidade dos grandes contribuintes. As autoridades também investiram na melhoria da eficiência da administração fiscal no âmbito da reforma da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI). O desenvolvimento de melhorias na prestação de serviços aos contribuintes e uma fusão de serviços na administração fiscal mantêm-se como importantes prioridades. Estas melhorias incluem planos para resolver o pagamento de impostos em atraso que significam cerca de 4.0% do PIB, bem como o reembolso de impostos de aproximadamente 1.5% do PIB. O orçamento de 2014 previu 0.6% do PIB para resolver estas reivindicações e outras restituições. As autoridades estão também a preparar um banco de dados completo sobre reembolsos de impostos com vista a resolver outras reclamações.



Em 2014, as despesas correntes aumentaram, principalmente devido ao aumento da massa salarial, decorrente de novas contratações e promoções. As receitas do IVA registaram um forte aumento devido às novas medidas fiscais com efeito a partir de janeiro de 2014, tendo-se verificado, no entanto, um crescimento menor do que o esperado. O imposto sobre o rendimento registou uma queda de 4.9% nos três primeiros trimestres de 2014, devido a uma redução no imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas. Em parte, esta situação ficou a dever-se à recusa por parte das grandes empresas de utilizar os reembolsos do IVA em atraso para pagamento do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. O governo não atingiu a meta fixada para a receita em 2014, tendo a redução das receitas sido compensada pela redução das despesas com a aquisição de bens e serviços. O desempenho do Setor Empresarial do Estado tem vindo a melhorar. Das seis maiores empresas públicas, apenas a empresa de energia Electra e a companhia aérea TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) continuam sob risco, mas as reformas em ambas as empresas estão a começar a dar resultados positivos.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB, a preços correntes)

	2006	2011	2012	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Receitas totais (inclui donativos)	28.3	25.6	24.5	24.9	26.1	25.2	25.3
Receitas fiscais	20.5	20.0	18.4	18.5	18.3	17.7	17.5
Donativos	5.3	2.9	2.8	2.6	4.0	3.8	4.0
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	33.3	33.1	34.8	33.9	34.1	32.4	31.6
Despesa corrente	21.9	23.2	22.9	23.5	24.2	23.9	24.2
Excluindo juros	20.2	21.7	21.0	21.3	21.7	21.4	21.6
Vencimentos e salários	10.6	10.6	10.6	10.9	10.9	10.5	10.2
Juros	1.8	1.5	1.9	2.3	2.5	2.5	2.6
Despesas de capital	11.4	9.9	11.9	10.4	9.8	8.5	7.4
Saldo primário	-3.3	-5.9	-8.3	-6.8	-5.4	-4.6	-3.7
Saldo global	-5.1	-7.5	-10.2	-9.0	-8.0	-7.1	-6.2

Note : a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Política monetária

A política monetária e cambial visou claramente a estabilidade dos preços, e a despesa pública não afetou os investimentos privados. Habitualmente, a inflação de Cabo Verde é moderada, devido, em parte, à ancoragem do escudo cabo-verdiano ao euro. Desde Abril de 2013 que a taxa de inflação tem mantido uma tendência decrescente devido à baixa do preço das matérias-primas, a uma baixa inflação na zona do euro (especialmente em Portugal), a uma fraca procura interna e a uma diminuição da procura externa. A procura externa caiu de 1.5% em 2013 para -0.1% em outubro de 2014. A taxa de inflação está estritamente ligada ao preço das matérias-primas e à produção nacional. Considerando a má campanha agrícola de 2014, espera-se uma maior pressão sobre a taxa de inflação.

Com um aumento das reservas internacionais para um nível confortável de cerca de 4.5 meses de cobertura das importações e com a inflação sob controlo, o Banco Central de Cabo Verde (BCV) conseguiu conduzir a política monetária no sentido de apoiar a recuperação económica. Neste sentido, a taxa de juro de referência foi reduzida em 150 pontos base para 4.3% em março de 2014, bem como, e na mesma proporção, se registaram reduções nas taxas de redesconto e de facilidade de crédito de 8.3 e 7.3%, respetivamente. Estas medidas têm como objetivo contribuir para estimular o financiamento de projetos de investimento viáveis e apoiar a recuperação económica. O BCV sublinha que o impacto destas medidas será ainda reforçado se as mesmas forem combinadas com medidas estruturais que ajudem a reduzir os riscos e a aumentar o crescimento potencial.



Porém, é pouco provável que o impacto da redução da taxa de juro nas taxas de juro de empréstimos seja significativo dadas as deficiências no mecanismo de transmissão. Em 2014, o montante do crédito aumentou ligeiramente em cerca de 1%. O desempenho do mercado interbancário foi dececionante devido ao facto de todos os bancos possuírem excesso de liquidez. A reserva mínima obrigatória (MRR, sigla em inglês) foi mantida nos 18%. A política monetária encontra-se condicionada pelo regime de taxas de câmbio fixas e, em particular, devido ao facto de cerca de 40% do financiamento dos bancos ser constituído por depósitos dos emigrantes. O nível do crédito malparado começou a descer, embora permaneça elevado nos 16%. As medidas do BCV, no sentido de resolver este crédito malparado no sistema bancário podem conduzir a um aumento do crédito ao setor privado.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Cabo Verde beneficia de boas relações diplomáticas e económicas com muitos países e organizações internacionais. A União Europeia é o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Em 2014, foi assinado com a União Europeia um novo acordo de pescas, para um período de quatro anos, prevendo-se um benefício para o país que ronda os 2.1 milhões de euros. Este acordo destina-se a promover uma gestão sustentável das pescas e a dar apoio à comunidade de pescadores. Acresce que as duas partes ratificaram um acordo em matéria de vistos cujo início data de 2012. Este acordo entrou em vigor nos finais de 2014. O acordo irá facilitar vistos de curta estadia para cabo-verdianos. Em Agosto de 2014, Cabo Verde também ratificou um acordo sobre vistos com o governo de Angola.

Cabo Verde tem também promovido novas relações no sentido de diversificar os seus parceiros. Encontram-se neste caso a China, Índia, Turquia e outros países emergentes. O país possui também fortes relações económicas e políticas com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No entanto, os benefícios daí decorrentes foram mínimos.

Embora Cabo Verde pertença à CEDEAO, a sua quota comercial no seio da associação é insignificante, bem como é também insignificante o seu comércio com a África em geral. Em 2013, África representava apenas 1.2% das exportações de Cabo Verde e 2.0% das suas importações. Grande parte do comércio é realizado com a UE, constituindo o peixe e os produtos da pesca a principal base das exportações (80.0%). A Espanha é o principal parceiro comercial, representando dois terços do total das exportações de mercadorias. No que diz respeito às importações, a UE é também o principal parceiro comercial de Cabo Verde, sendo Portugal o maior parceiro com uma quota superior a 40.0%, seguido dos Países Baixos com 20.1%.

Cabo Verde não beneficiou plenamente da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGO) devido a uma inadequada certificação dos produtos elegíveis. Como resultado, as exportações para os EUA representaram apenas 1.1% do total das exportações de bens em 2013.

No plano externo, estima-se que o défice em conta corrente se tenha reduzido consideravelmente a partir de 11.5% do PIB em 2012, para 3.5% em 2013, contribuindo para uma melhoria do equilíbrio global da balança de pagamentos e permitindo que as reservas internacionais aumentassem para aproximadamente 4.5 meses de cobertura das importações. Esta situação reflete-se numa boa perspectiva para a exportação de bens e serviços e num significativo apoio financeiro institucional (já comprometido). No entanto, em 2014 o défice da balança comercial aumentou ligeiramente para 35.0% do PIB e o défice em conta corrente aumentou para 9.0% do PIB devido a uma queda nas receitas do turismo. Na generalidade a taxa de câmbio está em linha com as orientações essenciais. No entanto, Cabo Verde tem uma elevada dependência do turismo e as remessas estão muito sujeitas às vulnerabilidades externas.



Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB, a preços correntes)

	2006	2011	2012	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Balança comercial	-37.2	-45.1	-40.2	-34.5	-35.0	-29.7	-29.2
Exportações de bens (f.o.b.)	6.8	10.6	10.0	10.9	9.6	10.1	10.1
Importações de bens (f.o.b.)	44.0	55.7	50.2	45.4	44.6	39.7	39.3
Serviços	12.5	13.5	17.9	19.4	15.7	14.8	13.9
Rendimento dos fatores	-3.6	-3.9	-4.0	-3.6	-4.9	-4.2	-2.6
Transferências correntes	23.5	19.2	14.9	15.2	15.2	10.5	9.9
Saldo da balança corrente	-4.8	-16.3	-11.5	-3.5	-9.0	-8.6	-7.9

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Política da dívida

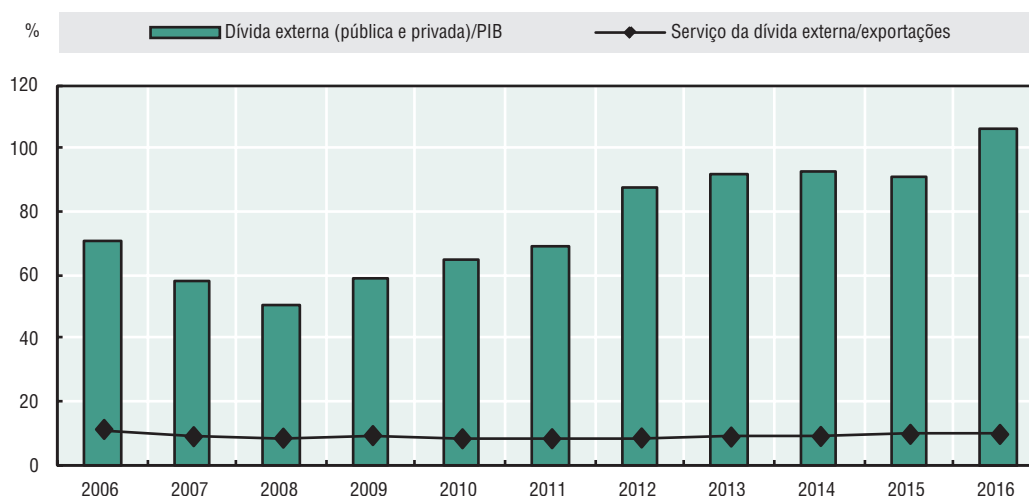
Em 2014, prevê-se que a dívida pública tenha atingido 107.3% do PIB, principalmente devido ao programa de investimento público. Embora a dívida pública externa seja elevada, situando-se em 76.4% da dívida total, cerca de 92.0% da dívida externa é concessional. Cabo Verde goza de um baixo custo médio de manutenção da sua dívida pública e de maturidades longas. Do lado externo, Cabo Verde paga uma taxa média de juro de 1.3% sobre as dívidas concessionais e bilaterais e de 2.1% sobre os instrumentos baseados no mercado. O risco da taxa de juro é baixo porque quase 94.0% da dívida pública é constituída por instrumentos de renda fixa, enquanto apenas 6.0% está ligada à Libor e à Euribor. O risco de refinanciamento também é baixo, porque o prazo médio é de 13 anos, e apenas 8.0% da dívida pública se vence a menos de um ano.

A dívida pública interna de Cabo Verde mantém-se em níveis relativamente baixos. A capacidade do governo para financiar o PIP através de empréstimos externos concessionais ajudou a manter a dívida interna baixa, em 24.0% do PIB no final de 2013. Acresce que há um limite legal de 3.0% do PIB para o financiamento interno do défice anual. No final de 2012, o Fundo Nacional de Pensões realizou cerca de 44.0% da dívida interna e o resto foi realizado pelo sistema bancário. As Obrigações do Tesouro correspondem a cerca de 94.0% da dívida interna. O prazo médio da dívida interna, no final de 2013, era de seis anos, situando-se a taxa média de juro em 5.4%. A taxa de juro da dívida interna situa-se em 4.0% em Bilhetes do Tesouro e de 5.4% em Obrigações do Tesouro.

A Análise da Sustentabilidade da Dívida de Cabo Verde (ASD) revelou que, sob as premissas de base, todos os rácios da dívida e do serviço da dívida externa permanecem abaixo dos limiares dependentes de políticas ao longo do período de projeção. O valor atual (VA) da dívida externa pública e com garantia pública deverá atingir o pico de 49% do PIB em 2016 e, em seguida, diminuir gradualmente para 28% do PIB até 2033.

Um dos desafios que Cabo Verde enfrenta é a eliminação progressiva do financiamento concessional, devido ao maior nível de rendimento per-capita obtido ao longo das últimas duas décadas. Como economia emergente, Cabo Verde terá de preparar-se para confiar menos nos recursos dos doadores e mais nos recursos do mercado, especialmente os externos, a fim de evitar o efeito *crowding out* do crédito ao setor privado. Esta situação põe novamente em evidência a necessidade de reforçar a estabilidade macro fiscal para dar um sinal creditício aos mercados. Cabo Verde terá de conceber novos instrumentos para aceder a mais financiamento externo baseado no mercado.

Figura 2. Stock total de dívida externa (percentagem do PIB) e do serviço da dívida pública (percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governação económica e política

Setor privado

De acordo com o relatório Doing Business 2015, do Banco Mundial, Cabo Verde regressou a sua classificação geral da 118^a para a 122^a posição no relatório de 2014. O país está classificado no 114^o lugar entre 144 países em matéria de competitividade global, pelo Fórum Económico Mundial 2014-2015, sendo a eficiência do mercado de trabalho, o desenvolvimento do mercado financeiro e o ambiente macroeconómico considerados desafios particulares.

Melhorar o desempenho do mercado de trabalho é particularmente importante para aumentar a produtividade, criar emprego e reduzir as desigualdades. Um novo código de trabalho - que está a ser finalizado através de uma ampla consulta com as partes interessadas - deve ajudar a aumentar a flexibilidade no que diz respeito ao horário de trabalho, medidas disciplinares e regulamentação relativa aos despedimentos. Além disso, a discondância entre a procura e a oferta de competências tem sido considerado um fator importante para explicar o declínio da produtividade total dos fatores. Está a ser considerada a possibilidade de aumentar o financiamento da formação profissional e outras melhorias das competências.

O investimento privado nacional tem sido prejudicado pelo baixo crescimento do crédito a que os bancos comerciais recorrem para fortalecer os seus balanços. O governo está a fazer um esforço notável para melhorar o acesso ao financiamento, nomeadamente às PME. Outras medidas para melhorar o ambiente de investimento incluem a aprovação da lei de falências, os esforços para melhorar a proteção dos acionistas minoritários, o registo de propriedade de terras, um balcão único para o comércio e um conselho nacional de turismo para coordenar a ação coletiva das empresas, do governo e dos municípios que operam no setor do turismo.

As infraestruturas serão cruciais para o setor privado ter sucesso, para ligar consumidores e empresas entre as ilhas e com os mercados globais. A energia é fundamental, assim como os serviços de transporte e fornecimento de água, entre outros. O enorme esforço do governo para investir nas infraestruturas do país terá agora de produzir o retorno económico esperado. As



empresas do Setor Empresarial do Estado responsáveis pelas infraestruturas, como a Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA) e a Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR), têm registado feitos notáveis.

A participação do setor privado, através de parcerias público-privadas (PPP), tem sido ativamente promovida pelo governo, tendo em conta que a experiência do setor privado pode contribuir para que as infraestruturas sejam administradas de forma eficiente. O governo está a criar instituições e a adquirir os conhecimentos necessários para garantir os melhores resultados para o país e seguir as melhores práticas internacionais na avaliação das propostas e adjudicação de contratos.

Setor financeiro

O setor financeiro está a ser renovado para proporcionar crédito interno e apoiar o dinamismo da recuperação da economia. O setor bancário de Cabo Verde permanece bem capitalizado e com liquidez. Os bancos estrangeiros não dependem da sede, uma vez que são totalmente financiados por depósitos nacionais. Os riscos à estabilidade financeira aumentaram com o aumento do crédito malparado e a queda da rentabilidade dos bancos. As prioridades futuras do BCV incluem o aperfeiçoamento da sua estrutura operacional, de modo a aumentar a eficiência do mecanismo de transmissão e promover o desenvolvimento do mercado interbancário.

A adequação de capital parece permanecer sólida para o sistema bancário como um todo, com o Coeficiente de Adequação de Capital (CAR), a atingir 13% no final de 2013, confortavelmente acima do mínimo regulamentar de 10%. No entanto, num banco, o CAR caiu abaixo do mínimo regulamentar. Além disso, dado que o provisionamento não tem acompanhado o aumento do crédito malparado (o índice de cobertura é de 48%, face a 52% há um ano), existe um risco real do capital atual poder ser menor se os empréstimos malparados estiverem devidamente provisionados.

O BCV tem realizado esforços significativos para melhorar a sua abordagem de supervisão ao longo dos últimos anos, incluindo a atualização do quadro legal. A aprovação recente das novas leis do setor financeiro é um passo importante para colmatar as lacunas do quadro legal. O BCV está a realizar uma revisão global do seu quadro regulamentar, de modo a alinhá-lo com as novas leis e já identificou as áreas onde são necessárias novas regulamentações. No âmbito prudencial, foram aprovadas até agora quatro novas regulamentações em matéria de governação, abrangendo requisitos de idoneidade para os membros do conselho de administração e as disposições relativas à posse de propriedade significativa, bem como a proteção dos consumidores. O BCV estabeleceu um cronograma ambicioso para 2015 para a revisão da regulamentação prudencial.

Gestão do setor público, instituições e reforma

Cabo Verde tem feito progressos consideráveis na gestão das finanças públicas (GFP). O país desenvolveu instrumentos de previsão orçamental, introduziu um quadro orçamental a médio prazo (alinhando os processos orçamentais e de planeamento) e introduziu a orçamentação por programas. A adoção progressiva da orçamentação por programas, que começou em 2013, ganhou novo impulso com o Orçamento Geral do Estado de 2015, que levou à fixação de limites máximos orçamentais setoriais com base em programas.

Entre os avanços mais significativos realizados recentemente está a aprovação pela Assembleia Nacional do sistema de planeamento da nova lei de bases nacional, que estabeleceu a nova arquitetura de planeamento. No entanto, a Lei de Enquadramento Orçamental ainda tem de ser aprovada. A aprovação desta lei é fundamental para o estabelecimento da base jurídica da nova abordagem da orçamentação por programas. Algum progresso também foi feito em relação ao controlo interno. A adoção de declarações fiscais eletrónicas, e-procurement e o desenvolvimento do sistema M&E melhorou o controlo interno da GFP.



No que diz respeito à transparência, o Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) publica geralmente a proposta de orçamento do estado no seu website e discute-o com os principais atores sociais. O orçamento inicial promulgado é publicado nos websites do MFP e também do Parlamento. No entanto, a publicação de informações sobre a execução orçamental revela espaço para melhorias, apesar dos esforços feitos pelo MFP nos últimos meses. Ambos os relatórios de execução orçamental trimestrais e anuais são publicados com atraso. As últimas contas estatais auditadas publicadas pelo Tribunal de Contas referem-se a 2011.

Entre os progressos realizados referentes ao controlo externo e à transparência estão a redução do atraso na verificação das contas dos administradores das entidades autónomas e a diminuição da demora na publicação das contas públicas trimestrais.

Gestão dos recursos naturais e ambiente

Cabo Verde é dotado de uma diversidade de flora e fauna e de espécies marítimas raras, que atraem grande número de turistas. No entanto, as condições climáticas áridas do país tornam-no altamente suscetível a fenómenos climáticos extremos e mudanças climáticas. A pesca ilegal também representa um desafio para a estratégia de gestão dos recursos naturais do país. Devido à importância do turismo para a economia, o governo tem uma atenção especial para com a conservação da biodiversidade terrestre e marítima.

Assim, várias medidas foram postas em prática para orientar a gestão dos recursos naturais. O Plano Nacional de Educação Ambiental (2013-22), visa sensibilizar os cidadãos, a fim de promover o uso sustentável dos recursos naturais. As estratégias do governo e as políticas ambientais estão alinhadas com as leis e regulamentos existentes, designadamente os dois Planos Nacionais de Ação para o Ambiente (PANA). Enquanto o PANA I, que foi instituído em 1994, por dez anos, teve um impacto global limitado sobre o meio ambiente, o PANA II (2004-14) foi mais descentralizado e multisetorial. Ele identifica as diretrizes, indicadores e investimentos permitidos para o uso responsável dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental. Por exemplo, os investimentos em áreas ambientalmente sensíveis devem ser submetidos a uma avaliação de impacto ambiental.

Cabo Verde também fez melhorias significativas no desenvolvimento de energia limpa. Um plano de investimento de mais de 300 milhões de euros poderá levar à produção de mais de 140 MW de energia renovável e à criação de mais de 800 postos de trabalho, ao mesmo tempo que reduzirá os custos reais de energia em 20%. Em 2020 as energias renováveis poderão ser responsáveis por metade dos recursos energéticos do país.

Contexto político

Cabo Verde está entre as nações mais democráticas do mundo, ocupando o 26º lugar a nível mundial e o segundo em África, de acordo com o Índice de Democracia de 2012. A democracia foi consolidada ao longo dos últimos 25 anos no quadro de um sistema representativo semipresidencial. O presidente é o chefe de Estado e é eleito por voto popular para um mandato de cinco anos. O primeiro-ministro é o chefe do governo e é nomeado pela Assembleia Nacional e empossado pelo presidente. As sucessivas eleições foram consideradas livres e justas. Há uma imprensa livre e o primado do direito é respeitado pelo Estado. A Freedom House concedeu a Cabo Verde as duas melhores pontuações no seu Relatório Anual Freedom 2014. Além disso, em 2014 o país ficou em segundo lugar entre os países africanos no Índice de Liberdade de Imprensa, no Índice Ibrahim de Governança Africano e no Índice de Perceção da Corrupção.

As mais recentes eleições foram realizadas em 2011. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) ganhou as eleições parlamentares em fevereiro de 2011, enquanto o Movimento para a Democracia (MpD) ganhou as presidenciais em agosto de 2011. Desde 1991, as eleições presidenciais e legislativas foram marcadas por uma transição pacífica de poder entre esses dois grandes partidos. Cada um dos partidos tem governado cerca de uma década. As duas



partes já lançaram os preparativos para as próximas eleições presidenciais e legislativas em 2016. Em 2013, Ulisses Correia e Silva foi eleito como o novo presidente do MpD e vai disputar o cargo de primeiro-ministro com a nova presidente do PAICV, Janira Hopffer Almada, que foi eleita pelo seu partido, em dezembro de 2014.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

Cabo Verde tem feito grandes progressos na melhoria da capacitação dos recursos humanos. Em 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país foi 0.636, um aumento progressivo a partir de 0.573 em 2000. Esta melhoria reflete principalmente conquistas feitas na educação e na saúde em mais de duas décadas. Em 2012, as taxas de alfabetização para os maiores de 15 anos situou-se em 85.3%, face a 80.0% em 2004. Cabo Verde atingiu praticamente a educação primária universal e atingiu a meta dos ODM em 2005. Da mesma forma, a taxa de conclusão do ensino médio situou-se em 90.0% em 2012, face a 57.0% em 2005. No entanto, a qualidade da educação continua a ser a principal preocupação, particularmente nas áreas rurais. O governo instituiu medidas destinadas a aumentar a disponibilidade de professores com melhores qualificações e a reforçar o material didático. O objetivo principal é a utilização das TIC, promovendo disciplinas de formação profissional e atualização do currículo. Para a educação profissional de nível superior, a estratégia nacional do governo passa por aumentar o acesso e desenvolver competências com vista a aumentar a empregabilidade, particularmente no que se refere à população jovem. Em 2001, havia apenas três centros de formação profissional. Esse número aumentou para 11 em 2014, com mais de 20 000 participantes em vários programas de desenvolvimento de competências.

No setor da saúde, Cabo Verde mais do que duplicou a despesa total em saúde per capita para 144.2 USD em 2012, comparado com 70 USD em 2002. O aumento da afetação de recursos levou a melhorias nos indicadores básicos da saúde. Dados do Banco Mundial disponíveis para 2013 mostram que as taxas de mortalidade infantil caíram de 23.3 e 27.8 por 1 000 nados vivos para 21.9 e 26.0, respetivamente. Da mesma forma, a mortalidade materna diminuiu para 53 por 100 000 nados-vivos, comparando com 58 registados em 2010. No entanto, a disponibilidade de pessoal de saúde qualificado ainda é um desafio. Neste sentido, o governo instituiu medidas de contratação de mais profissionais de saúde para ampliar a prestação de serviços de saúde ao público. Assim, espera-se que a participação do setor da saúde nas despesas públicas operacionais aumente de 9.1% em 2014, para 9.7%.

O combate a doenças crónicas continua a ser uma prioridade para o governo. O Plano Nacional de Luta contra a Sida – PENLS (2011-15) tem sido posto em prática para combater o HIV/SIDA, com a maior parte do financiamento proveniente do Fundo Global. Este fundo complementa o já existente comité nacional de luta contra a SIDA (CCS-SIDA). O CCS-SIDA está a ser analisado e melhorado no sentido de o tornar mais eficaz, visando os grupos mais vulneráveis, em especial homossexuais, prostitutas e consumidores de droga. Embora os dados recentes mostrem uma taxa de incidência de 0.8% para HIV/SIDA para toda a população, os novos casos de infeção representam um desafio. Em 2012, registaram-se 351 novos casos, dos quais 161 eram homens e 187 mulheres. De 1987 a 2012, foram registados 4 049 casos de HIV, o que representou 1 340 infetados com SIDA e 866 mortos.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

A pobreza em Cabo Verde é, em grande parte, de natureza territorial, com os pobres concentrados em áreas rurais, onde existe pouco turismo. Nos últimos anos, têm existido alguns progressos na redução da pobreza, com a consolidação do crescimento. Entre 2002 e 2007 o nível de pobreza em áreas urbanas caiu para cerca de metade de 25.0% para 13.2%. Durante o mesmo período, a pobreza nas áreas rurais caiu de 51.1% para 44.3%. De acordo com o Ministério das



Finanças, os dados mostram uma projeção da taxa nacional de pobreza global de 25.0% para 2011. A desigualdade de rendimento também tem diminuído ao longo da última década. O coeficiente de Gini diminuiu para 0.48 em 2010, contra 0.55 em 2002. A diminuição da desigualdade de rendimento também reflete a melhoria do IDH.

Apesar destes avanços, a pobreza rural continua a ser o desafio principal e urgente para o governo. Consequentemente, o terceiro Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP-III), para 2012-16, destaca explicitamente a necessidade de intervenção pública no combate à pobreza. Esta estratégia coloca ênfase na promoção do crescimento da agricultura e das pescas, setores onde reside o sustento da maioria dos pobres.

Outras e novas medidas de redução da pobreza estão a ser alargadas e exploradas. O DECRP-III apela para que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), guardião da proteção social em Cabo Verde, aumente a cobertura para cerca de 40% da população em 2016. Da mesma forma, o INPS tem como alvo a cobertura de 42% das empresas registadas na sua carteira e as contribuições para o sistema nacional de pensões até 39% do número de ativos. No entanto, devido à rigidez do mercado de trabalho, o número potencial de postos de trabalho criados pelo setor formal é baixo, ameaçando a viabilidade do próprio INPS. De acordo com o Relatório de Competitividade Global 2014-2015, do Fórum Económico Mundial (FEM), a regulamentação restritiva do mercado de trabalho de Cabo Verde, relacionada principalmente com o custo de contratação e demissão, custos de despedimento e produtividade, constituem um obstáculo oneroso para fazer negócios no país. Esta situação poderá explicar a má classificação do país no índice de competitividade do FEM no respeitante à eficiência do mercado de trabalho (126ª posição entre 144 países). Espera-se que o novo código de trabalho introduza maior flexibilidade no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego de Cabo Verde caiu ligeiramente para 16.4% em 2013, contra 16.8% em 2012. No entanto, esta foi ainda superior aos 12.7% registados em 2011. Os jovens são os mais afetados pelo desemprego. Em termos de trabalho infantil, a falta de dados estatísticos fiáveis torna difícil quantificar com precisão a extensão do problema. De acordo com o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, os casos de trabalho infantil diminuíram de 11 000 para 8 000 entre 2005 e 2006. Por outro lado, um estudo realizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional mostrou uma duplicação dos casos para 16 328 em 2009, contra 8 000 registados em 2007. Em 2013, o Instituto Nacional de Estatísticas informou que se verificaram 8 683 casos de trabalho infantil, 88.0% dos quais envolvendo crianças ligadas a algum tipo de trabalho perigoso.

Igualdade de género

Em Cabo Verde, embora as mulheres gozem dos mesmos direitos legais que os homens e embora tenha sido criminalizada a violência contra as mulheres, este tipo de violência ainda persiste. Alguns elementos de discriminação também se manifestam ocasionalmente. O Instituto Nacional de Estatística relatou um aumento dos casos de violência contra as mulheres em nove municípios do país. Os incidentes de violência contra as mulheres subiram para 2 787 em 2012, contra 855 casos em 2010.

No entanto, têm-se registado progressos no tratamento de outras formas de desigualdade de género. Por exemplo, as mulheres representam um quinto de todos os membros do parlamento, e metade dos 16 cargos ministeriais são ocupados por mulheres, entre eles alguns ministérios chave, incluindo finanças, saúde e educação. Há também algumas disparidades de género em termos de participação política das mulheres a nível local. Em 2014, o FEM classificou Cabo Verde na 26ª posição entre 142 países em termos de capacitação política das mulheres. Em termos de índice global das diferenças de género, Cabo Verde ficou na 50ª posição entre 144 países.

O DECRP-III é a principal estratégia do governo para a redução das disparidades de género. O governo está empenhado em reduzir a violência baseada no género e na redução das disparidades das taxas líquidas de matriculação em todos os níveis do sistema de educação.



Análise temática: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial

Cabo Verde é um arquipélago de dez pequenas ilhas, com uma população de cerca de meio milhão de pessoas. Embora a população do país tenha aumentado de forma constante de 341 491 habitantes em 1990 para 491 875 habitantes, em 2010, a taxa de crescimento abrandou nos últimos anos. Em 2013, a população de Cabo Verde foi estimada em 498 897, um aumento de apenas 0.9% relativamente a 2001, em comparação com uma média anual de 2.2% entre 1990 e 2000. No entanto, a evolução da população reflete marcados padrões de distribuição espacial. Em 1990, mais de metade da população do país vivia em áreas rurais, enquanto 44.0% residia em áreas urbanas. Em 2000, o padrão havia-se invertido: a população rural era de 46.0% enquanto a população urbana era de 54.0%. Como a migração se intensificou, em 2010 apenas um pouco mais de um terço do total da população era rural, enquanto 62.0% vivia em cidades, principalmente em Praia, a capital, e nas ilhas de São Vicente e do Sal.

Apesar de Cabo Verde ter registado um progresso económico nos últimos anos, há bolsas de exclusão espacial, como é evidenciado pela emigração das ilhas menos desenvolvidas. Por exemplo, a população de São Nicolau diminuiu para 12 817 em 2010, contra 13 665 em 1990. O mesmo aconteceu com Brava e outras ilhas com menos recursos. Em contraste, Sal, Boa Vista e Santiago, que têm melhores perspetivas económicas, têm registado um aumento da população. O progresso económico nestas ilhas está principalmente relacionado com o setor do turismo. Na última década, o setor do turismo tem crescido constantemente. O Sal, uma ilha de 25 779 habitantes (5.2% da população nacional), tem sido o principal recetor do IDE dirigido ao setor de turismo. Entre 2006 e 2010 o IDE relacionado com o turismo na ilha do Sal representou mais de 50% de todo o IDE de Cabo Verde. Mas nos últimos dois anos, as ilhas do Sal e de Santiago foram os dois principais destinos de IDE relacionado com o turismo.

A crescente pressão demográfica inter-ilhas e a migração internacional implicaram um esforço em infraestruturas, obrigando as autoridades a lidar com os desafios ambientais, sociais e económicos criados pela proliferação de bairros ilegais nas cidades. Como resultado, a cidade da Praia, que abriga 40.8% de todos os imigrantes, registou todos os tipos de problemas sociais, incluindo a deterioração das condições sanitárias e um aumento da criminalidade. Em 1995, mais de 12 000 casos de surto de cólera foram registados na cidade e em 2009 Praia sofreu um surto de febre de dengue que afetou mais de 20 000 pessoas. O recente aumento da criminalidade tem sido provocado principalmente pela elevada taxa de desemprego, que se situa em 12.8%, quase o dobro da média nacional de 7.6%. O número de roubos registados aumentou de 3 165 para 4 418, entre 2011 e 2012.

Os efeitos das alterações climáticas, tais como as inundações regulares, são o resultado dos desastres naturais e da realocização das populações. Cabo Verde tem um clima árido, e com o aumento das pressões populacionais o declínio do abastecimento de água é uma grande fonte de preocupação. A erosão de areias e a perda de biodiversidade também surgiram como principais desafios ambientais especialmente agudos em Santiago, Sal e Boa Vista, onde o investimento em infraestruturas turísticas tem vindo a aumentar a pressão sobre os recursos naturais.

Como economia insular, a inclusão espacial é crucial para o desenvolvimento de longo prazo de Cabo Verde. Enfrentar os desafios territoriais e outros desafios do desenvolvimento de modo a colocar o país na rota de um crescimento inclusivo implicam esforços concertados em todos os níveis do governo. Nas últimas duas décadas, as autoridades criaram estratégias económicas, sociais e ambientais e realizaram investimentos e reformas institucionais para mitigar os problemas criados pelo aumento da densidade populacional, tais como os surtos de doenças transmitidas pela água, o congestionamento e as pressões associadas. Durante a última década, foram feitos progressos, especialmente na gestão das águas e do saneamento. Como resultado, a proporção de domicílios com acesso a sistemas de eliminação de resíduos e a esgotos aumentou de 58.0% em 2007 para 66.8% em 2010 e 72.3% em 2013.



A estratégia de intervenção de Cabo Verde é guiada pela visão de desenvolvimento nacional de longo prazo. A agenda de transformação económica foi operacionalizada a partir de 2004 por uma série de três DECRP - Documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza. Os DECRP focaram-se nos principais desafios do desenvolvimento, incluindo o investimento em capital humano e em infraestruturas básicas, o reforço da governação e a equidade. Os referidos documentos representam uma visão nacional para promover um desenvolvimento mais equitativo nas diferentes ilhas, especialmente nas ilhas com pobreza generalizada e exclusão espacial, como Santa Catarina, onde mais de 60% das casas não têm ligação de água a uma fonte pública. Por exemplo, para integrar diferentes regiões do arquipélago, o governo tem priorizado a melhoria das infraestruturas de transportes, nomeadamente estradas, aeroportos e pontes. Embora essas intervenções tenham contribuído para reduzir a pobreza nacional em 2011 para metade do nível de 1988, 49%, registam-se significativas variações regionais.

O governo também instituiu medidas para lidar com as pressões ambientais. Entre elas encontram-se o Plano Nacional do Meio Ambiente 2004-14, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2010-15, o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e a Lei nº29/2006 que regula as Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) em áreas sensíveis. Por exemplo, antes da realização de grandes projetos de infraestruturas turísticas na ilha do Sal e na Boa Vista, deve ser obtida a aprovação de uma AIA junto do Departamento Nacional do Meio Ambiente. Além disso, são proibidos os investimentos em áreas sensíveis se existir um potencial impacto negativo na natureza ou na população local. Em 2013, o parlamento aprovou uma lei para estabelecer a Agência Nacional de Água e Saneamento. Apesar destas medidas, são necessárias profundas reformas estruturais para aumentar a eficiência no setor.

A implementação de estratégias de desenvolvimento do país exige não só recursos humanos e institucionais, mas também substanciais desembolsos financeiros. Para este fim, o governo tem procurado apoio externo para complementar os recursos internos. Por exemplo, com vista a reduzir a falta de habitação em todo o país, o governo obteve um empréstimo de 200 milhões de euros do Governo Português para implementar o Casa Para Todos, um programa que visa a construção de 8 000 novas casas e reabilitar outras 16 000. O projeto é gerido pelo Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território. Além disso, foi conseguido um total de 66.2 milhões de USD em doações a partir da segunda parcela do Millennium Challenge Account das Nações Unidas para Cabo Verde. Desse montante, 20 milhões de USD são destinados ao fornecimento direto de água e infraestruturas de saneamento às famílias mais vulneráveis.

Além das estratégias acima descritas, muitos atores não-estatais também têm vindo a desempenhar um papel ativo na melhoria da subsistência das pessoas e na salvaguarda do habitat natural do país. Com a participação ativa de todos os interessados, Cabo Verde está no bom caminho para atingir uma sociedade mais resiliente e próspera.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Cabo Verde”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-17-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.